

# Entre a desmistificação e a utopia: indagação sobre as Lusofonias



**Entre a desmistificação e a utopia:  
indagação sobre as Lusofonias**



UNIVERSIDADE DE SÃO JOSÉ

聖若瑟大學

**Entre a desmistificação  
e a utopia:  
indagação sobre  
as Lusofonias**

**Conferência Internacional  
22 e 23 de Outubro de 2014  
Speakers Hall**



# Camões e ecos da sua obra na cultura contemporânea

Maria Vitalina Leal de Matos\*

45

## 1.

### Luís de Camões: o homem, a obra, o mito

Luís de Camões viveu durante a primeira mundialização.

A sua obra literária compõe-se de uma epopeia, de poemas líricos e de teatro. Nesta apresentação trataremos sobretudo d' *Os Lusíadas*, embora também façamos referência à lírica.

Em 1498, Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo para a Índia. Esta viagem vem coroar um longo processo de navegações, com múltiplos obstáculos, sendo o principal o do golfo da Guiné, onde os ventos paravam e as naus passavam meses sob um sol e um calor implacáveis.

Os navegantes experimentaram fazer uma grande volta pelo largo, chegando quase (ou mesmo) ao Brasil; e aí retomavam a rota, directamente para

---

\* É professora catedrática jubilada da Faculdade de Letras de Lisboa, onde, além de outras cadeiras, lecionou Estudos Camonianos. Licenciou-se com uma tese sobre Fernando Pessoa, e doutorou-se com uma dissertação sobre a poesia de Camões. Fez parte da Comissão Nacional da Unesco e do Conselho Superior da Universidade Católica. De 1988 a 1990 desempenhou o cargo de Conselheira para o ensino do Português junto da Embaixada de Portugal em Paris. É autora de diversos livros de ensaios, com particular incidência nas obras de Camões e Fernando Pessoa, de um romance e de dois livros de poesia.

o sul da África, passando pelo Cabo das Tormentas. Cabo este que depois da primeira passagem foi baptizado Cabo da Boa Esperança.

*Esperança* de quê? De chegar à Índia. A primeira viagem que atinge o seu objectivo tem como finalidade estabelecer um contrato diplomático de paz e de comércio com as autoridades de Calecut. É justamente a expedição de Vasco da Gama, em 1498.

A partir desta etapa - e do domínio militar do oceano Índico que se confunde com o mar da Arábia, até à entrada do Golfo Pérsico - os navegadores não pararam.

Prosseguem com a descoberta da passagem para o extremo oriente, para a China, para o Japão e para as ilhas próximas da Malásia, Malaca (onde estabelecem um entreposto), Sumatra, Bornéu, etc.

Todo o país se tinha empenhado nesta imensa aventura. E esta empresa tinha dois objectivos que se enunciavam com simplicidade:

- O monopólio do comércio das especiarias;
- E a evangelização.

Este enunciado, reunindo duas finalidades tão diferentes, pode hoje parecer-nos ingénua. Mas era assim para os homens dos séculos XV e XVI.

Se falamos desta viagem é justamente porque vai ser este o tema escolhido por Camões para a epopeia que deseja escrever.

Não esqueçamos que estamos em pleno **Renascimento**. A arte da Antiguidade dita os modelos de todos os géneros, tanto na arquitectura e na pintura, como na literatura; e estes modelos impõem regras.

Ora em literatura, o género sublime, o mais elevado, era a epopeia. Nesta época todas as nações procuram enobrecer-se com uma obra épica.

Em Portugal, a ideia existia, evocada por muitos escritores, e há mesmo humanistas estrangeiros, como Ângelo Poliziano, que propõem os seus serviços aos reis de Portugal para comporem, em latim, uma epopeia sobre os Descobrimentos, de tal modo tinham consciência da importância da empresa.

Esta é também a ambição de Camões.

Cerca de 1500, Portugal é um país rico. E Lisboa, uma cidade muito importante pelo comércio das especiarias e de todos os produtos provenientes de África e do Oriente. Os grandes banqueiros estabelecem-se na capital, cujo porto tem uma dimensão e uma profundidade tais que comporta centenas de navios das mais variadas dimensões.

O rei D. Manuel faz construir uma nova corte à beira Tejo, no Terreiro do Paço, e a baixa de Lisboa fervilha de estrangeiros que vêm comprar os pro-

duto mais exóticos – mercadorias, animais, livros, pedras preciosas, tecidos da Índia e sedas da China, porcelanas, toda a espécie de artigos luxuosos.

O luxo, a opulência desta corte faz-se notar, não apenas do ponto de vista da riqueza, mas também do ponto de vista cultural. Gil Vicente é um dramaturgo prolífico; os seus *autos* e *comédias* são representados, com muito sucesso, na corte (para a qual ele escreve), ou em festas públicas.

Aliás, neste momento, estão em voga os *quadros vivos* e as *entradas triunfais*, à moda romana. Eram ocasião de exibição de cortejos sumptuosos – uma forma de propaganda de que os reis se serviam para afirmar o seu poder. Ficou célebre a embaixada de Tristão da Cunha ao Papa, enviada pelo rei D. Manuel, onde estava previsto que um rinoceronte e vários elefantes<sup>1</sup> desfilassem em Roma no ano de 1513, no meio do maior fausto.

Um estudo recente mostra que, durante o séc. XVI, mais de 1.500 obras relativas a Portugal foram impressas na Europa: em português, latim, ou em tradução (não só obras de literatura, mas também de medicina, teologia, história, relatos de viagens, etc.)<sup>2</sup>

Foi o nosso **século de ouro**.

Falemos então de Luís de Camões.

Nasce cerca de 1525, numa família da pequena nobreza, mas sem recursos económicos. Durante toda a vida, vai ser pobre, não só porque lhe faltam os meios de fortuna, mas também por causa do seu temperamento gastador, generoso e perdulário.

A sua obra revela uma enorme cultura no domínio clássico, e no que se refere aos autores contemporâneos, espanhóis e italianos, tanto em história, como noutras matérias do saber. Talvez tenha estudado em Coimbra, embora não haja registo de que tenha frequentado a universidade. Contudo, na obra, declara apreciar a teoria tal como a experiência.

O movimento pendular, ou dialéctico, entre o ideal que aprende ou elabora e os factos da realidade que não confirmam a teoria ou os conhecimentos provenientes dos autores da Antiguidade Clássica, constitui uma constante da sua obra.

Começa a carreira militar em Ceuta, no norte de África, para onde eram enviados os jovens que queriam seguir este modo de vida. Foi em Ceuta que perdeu um dos olhos, em combate. Daí, escreve uma bela elegia<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Ver a gravura que contém o desenho do elefante. Elefante este que fora oferecido a D. Manuel pelo rei de Cochim.

<sup>2</sup> João J. Alves Dias, *Uma abordagem à obra de autores portugueses impressa no estrangeiro durante o séc. XVI*, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 125 e ss. (Separata das Actas do III Congresso Histórico de Guimarães, *D. Manuel e a sua época*.)

<sup>3</sup> “Aquela que de amor descomedido”

dirigida a um discípulo<sup>4</sup>, um jovem cuja educação tinha estado a seu cargo. É uma carta que pede resposta para saber notícias, e onde fala de amor e do sofrimento da separação; aproveita para fazer a descrição lindíssima do mar e da terra, numa relação que apresenta em termos sexuais; e faz alusão ao mito das colunas de Hércules, herói que teria separado a África da Europa. Ceuta situa-se a oeste do monte Abília, a coluna africana, que está em face do rochedo de Gibraltar, do lado da Espanha.

De regresso a Lisboa, assume uma fama curiosa de poeta improvisador, popular, autor de anedotas, que apanha o traço caricatural, a propósito, e troça um pouco de tudo e de todos; ao mesmo tempo, escreve poemas de grande elegância e modernidade, obedientes às convenções do petrarquismo e de toda a poesia amorosa antiga e sua contemporânea; pode até traduzir alguns dos seus versos, mas dando-lhes frequentemente uma significação contrária à original, pois é “um homem feito de carne e de sentidos” e não um enamorado platónico.

Conhece bem Platão e a sua teoria do amor, da qual se serve, mas frequentemente debate-se, uma vez mais, entre o ideal ou a teoria, por um lado, e, por outro, o desejo que o leva mais longe e lhe mostra a insuficiência desta teoria do amor.

Frementa a corte; vemo-lo dirigir-se às damas da nobreza com textos requintados, de grande cultura e gentileza.

Por outro lado, leva uma vida dissipada e estroina, com companheiros da mesma laia, que gostam de se bater em tumultos nocturnos, numa vagabundagem irresponsável e libertina. Aliás, na sequência dum motim que teve lugar durante a noite da festa de Corpus Christi, foi feito prisioneiro, por ter ferido “no toutiço” um arrieiro do rei. Alguns meses depois, uma “carta de perdão” informa-nos que o rei lhe perdoa e que Luís de Camões vai partir em breve para a Índia.

Ei-lo embarcado em Março de 1553; tem vinte e oito anos, parte como simples soldado, e terá de se manter no serviço militar durante três anos.

Estamos portanto a cinquenta anos do apogeu da história portuguesa que acabámos de evocar acima. Mas estes cinquenta anos fazem toda a diferença: os responsáveis políticos do império português – sempre mais dotados para gastar do que para gerir economicamente – levaram-no a uma situação onde já são visíveis claros sinais de decadência.

Chegado a Goa seis meses depois, Camões entra em expedições militares (de que fala, aliás, na lírica) a primeira para ir em socorro do rei de

<sup>4</sup> D. António de Noronha.



Cochim, durante a qual escreve um elegia notável<sup>5</sup>, um poema de amor e de saudade, onde também relata uma terrível tempestade que teve lugar perto do cabo da Boa Esperança em que os marinheiros se aterrorizam com medo do naufrágio de tal modo o mar, batido por ventos furiosos, se eleva em montanhas e se cava em precipícios, e as velas se rasgam com a violência da borrasca.

Em 1555, vai de Fevereiro a Novembro, ao estreito de Meca, na entrada do Mar Vermelho, para vigiar e impedir a passagem dos navios turcos, concorrentes de Portugal no comércio das especiarias. A frota passa o inverno em Ormuz, no Golfo Pérsico, que era, por assim dizer, a chave desta região importante para o comércio entre o oriente e o ocidente.

Aqui, Camões escreveu uma das canções mais conhecidas, “Perto dum seco, fero e estéril monte”, onde pinta com rigor o deserto do monte Félix na Arábia, *locus horrendus* que se opõe ao *locus amoenus* da poesia bucólica. Trata-se de uma descrição geograficamente exacta desta “remota, áspera e dura / parte do mundo”, onde o poeta evoca “o sol ardente” e, note-se a expressão, “os ares grossos, férvidos e feios”. Estes poemas enquadram sempre queixas de amor que nada têm de monótonas.

Descreve-se a si mesmo como tendo deixado a “vida / pelo mundo em pedaços repartida”, o que corresponde à verdade.

Porventura, no fim deste período de serviço militar, terá sido encarregado de gerir os bens dos defuntos, na China. Parte então para Macau, onde se demora alguns anos e se apaixona por uma linda chinesa, à qual dá o nome duma ninfa, Dinamene. Nesta época está sem dúvida a escrever *Os Lusíadas*.

Gerir - não era decididamente a vocação de Luís de Camões. Mesmo se conhecemos pouco desta época e desta função, sabemos que a corrupção era moeda corrente no império tão extenso e mal vigiado. Foi o que o historiador amigo de Camões, Diogo do Couto, denunciou num pequeno livro chamado *O Soldado Prático*. Aliás isto mesmo é censurado, em termos enérgicos pelo próprio Camões.

Em todo o caso, foi acusado, e regressa a Goa, para ser feito prisioneiro.

Na embocadura do rio Mekong, sofre um terrível naufrágio. Quase todos os passageiros perecem. Camões consegue salvar-se com o manuscrito da epopeia. Trata-se de um facto angustiante e simbólico, que descreve n’ *Os Lusíadas*, e que ficou como uma imagem inesquecível para os portugueses: a desgraça de um poeta que perde tudo, e se salva a nado, salvando ao mesmo tempo o seu canto.

<sup>5</sup> “O poeta Simónides falando”.

Dinamene morre no naufrágio. Camões chora-a em poemas inconsoláveis<sup>6</sup>.

O naufrágio é a imagem simbólica mais forte, sempre evocada a propósito de Camões, tanto em Portugal como noutros países, pela carga de dramatismo e pelo elo que se cria entre vida e obra.

Chegado a Goa, é logo posto a ferros.

E então estende-se um longo período de dias fastos e nefastos.

Uma das coisas interessante, em Camões, é o modo como frequenta meios muito diferentes. E também a maneira como vive em condições extremas: vemo-lo, em Goa, em boas relações com o Governador. Depois, este mete-o na prisão.

Frequenta um grupo de jovens, a maior parte pertencente à nobreza culta, ricos, menos ricos e pobres. Ele próprio deve ter passado mais de uma vez de uma condição à outra. Deste convívio e amizade testemunha um poema divertido em que convida estes companheiros<sup>7</sup> para um banquete onde os pratos serão...em verso, um modo de dizer que não havia nada para comer. O texto é o *menu* que designa as iguarias e os vinhos por diversas expressões que querem dizer ...“nada”. Trata-se duma brincadeira. Supõe-se que, de facto, ele tinha comida para oferecer aos convivas.

Este lado humorístico faz parte da sua personalidade que, por outro lado, se dedica a temas sérios que exigem preparação filosófica e cultural muito elevadas.

Um dos assuntos que trata frequentemente é aquilo que chama o “desconcerto” do mundo. Ou seja, a desordem, a confusão, ao fim e ao cabo, o topos do “mundo ao contrário”. Trata-o de modo ligeiro, como uma lista de disparates<sup>8</sup> e de abusos em relação aos quais faz como que uma reportagem dos vícios mais correntes em Goa (injustiças, vaidades, hipocrisias, ambições e pretensões, roubos, corrupção... onde os homens políticos e religiosos não são poupados); ou, então, assume o tema com grande seriedade, num poema em que se questiona sobre a razão do domínio do mal no mundo, e conclui, no fim de contas, pela ausência de explicação. Numa palavra: o absurdo. Com a maior gravidade filosófica, enuncia como um sábio a futilidade das ambições e dos desejos<sup>9</sup>.

<sup>6</sup> Veja-se o célebre soneto *Alma minha gentil que te partiste*.

<sup>7</sup> O poema nomeia-os a todos, e, por esta razão, é possível identificá-los.

<sup>8</sup> *Disparates da Índia*.

<sup>9</sup> *Oitavas ao desconcerto do mundo*.

Voltando à demorada estadia na Índia, podemos concluir que teve momentos de vida folgada e feliz e momentos de miséria.

Com um dos Vice-reis, o **Conde do Redondo**, está em boas relações. Em Lisboa, tinha dirigido um poema a uma das suas filhas, ainda muito jovem. Supomos que o conde e a sua família tomaram a seu cargo o cuidado de o proteger, quer na Índia, quer em Lisboa.

Envia-lhe textos para lhe agradecer, e outros para lhe pedir favor; porém, o favor não é para si – mas para o grande botânico Garcia da Orta<sup>10</sup>, judeu, que estuda a flora do oriente e as virtudes medicinais das plantas. Camões pede ao vice-rei que apoie a publicação da obra.

Recolhendo todos os dados, percebemos que havia em Goa, apelidada a *Roma do Oriente*, uma importante vida cultural – bibliotecas, tipografia, intelectuais de gabarito aí residiam (historiadores, linguistas, religiosos...) e viajantes de todo o mundo passavam por aquelas paragens.

Goa, a capital portuguesa da Índia, fervilha de comércio – especiarias, tecidos, pedras preciosas, jóias, bordados, cavalos, animais de toda a espécie – o que atraía gente do Oriente e do Ocidente, tal como indígenas de África, escravos ou não.

Era uma Babel onde se ouviam as línguas mais diferentes. E, por outro lado, um ambiente onde o clima amolecia os costumes que se tornavam dissolutos. As mulheres, não suportando os vestidos que se usavam em Portugal, cobriam-se com tecidos quase transparentes; e a coabitação entre culturas favorecia a relativização dos hábitos.

Contudo os “reinóis”, ou seja, os que haviam chegado recentemente de Portugal, pretendiam levar uma vida de grande aparato, inoportuna e que, ainda por cima, complicava a circulação porque não se deslocavam a pé, mas apenas a cavalo, ou de palanquins, como pode ver-se nas ilustrações sobre a vida em Goa.

Imaginamos que Camões escreveu a maior parte da epopeia no Oriente.

Em 1567, o nosso autor decide voltar à pátria. Como não tinha dinheiro para a viagem, parte na companhia de um capitão que vai tomar posse do comando da fortaleza de Sofala, em Moçambique.

À chegada, por qualquer motivo, zangam-se, e Camões, não podendo reembolsar o custo da viagem, fica apeado, na ilha de Moçambique. É o historiador Diogo do Couto que nos conta o que se passou dois anos de-

<sup>10</sup> *Colóquios dos simples e drogas da Índia.*

pois. Chega numa armada destinada a Portugal, onde regressam igualmente vários amigos do poeta. Encontrando-o na miséria, “fintam-se”, quer dizer, quotizam-se para lhe pagarem a viagem de volta a Lisboa.

Chegam em 1570 a Cascais: o porto de Lisboa estava fechado por causa de uma peste que tinha dizimado a população da capital.

Quando pode enfim voltar a casa (a sua mãe vivia ainda, e Luís de Camões tinha 45 anos), o seu desejo é o de publicar a obra, o que deve ter sido difícil. Procura apoios, não os encontra, com excepção de um senhor da casa do Vimioso, D. Manuel de Portugal, também poeta, e a quem Camões dirige agradecimentos designando-o explicitamente como “mecenas”. Contudo, não podemos saber se estes agradecimentos têm como motivo a publicação da epopeia. Esta vem a lume em 1572, dedicada ao rei D. Sebastião – um jovem que só pensa em feitos militares e cavaleirescos; o rei concede-lhe uma pensão modesta, mas que indicia uma certa atenção. Supõe-se que o poeta lhe leu alguns trechos no palácio de Sintra, onde o rei passava o verão.

A obra lírica começa a ser conhecida e apreciada, apenas divulgada em manuscritos, como era hábito na época. Quem possuísse meios para ter em casa um secretário, um copista, um letrado, podia coleccionar em volume, segundo os seus interesses, toda a espécie de ditos, poemas, anedotas, orações, conselhos, ditados, receitas, etc.

Foi graças a estes materiais, sobretudo **cancioneiros**, que em 1595, quinze anos depois da morte do poeta, se conseguiu publicar a obra lírica, as *Rimas*, que saiu imperfeita, porque as atribuições de autoria, quando as havia, não eram de confiança; os cancioneros, recolhas particulares, eram feitas sem critérios de rigor e estavam sujeitos a múltiplos erros.

A **lírica** é considerada, por certos leitores, de qualidade superior a *Os Lusíadas*, de tal modo o génio de Camões domina a língua, fazendo-a dizer todas as belezas e graças do amor, bem como a desgraça e a raiva do homem.

Não sendo minha intenção tratar demoradamente a lírica, limitar-me-ei a uma curiosidade significativa.

Já me referi ao petrarquismo e às convenções que fazem dele a linguagem do amor nesta cultura. Ora, desenha-se uma figura de mulher típica que marcou o cânone da beleza que, durante séculos, o ocidente divinizou: a mulher branca, loira, doce e cheia de pudor.

Sabemos que Camões foi um grande amoroso. Vimos que se apaixonou por uma chinesa que chamou Dinamene. Pois bem: uma das mulheres que amou foi uma **escrava negra** que cantou exaltando os encantos daquela

que apelidou de Bárbara, dos seus olhos “belos e cansados”; a sua cativa, que o tem cativo. É assim, com o jogo de palavras, ele que a serve e se sente feliz nessa condição.

## 2. Sobre *Os Lusíadas*

Ao publicar a epopeia, Camões tinha consciência do valor da sua obra, do que ela linha de novidade.

1. Por um lado, trata um assunto recente – e não de factos antigos, lendários, mergulhados na bruma dos séculos.

2. Por outro lado, o tema é histórico, verdadeiro e não uma narrativa mítica sobre heróis fabulosos.

Sublinha estas diferenças com orgulho. Tem consciência de ser um poeta excepcional.

Importa ter presentes as circunstâncias históricas em que a epopeia se inscreve.

A situação da Europa era crítica. Os turcos tinham ocupado Constantinopla – que se torna Istambul – e o império turco expande-se cada vez mais para ocidente; em 1529, põe cerco a Viena, na Áustria, que resiste com muita dificuldade<sup>11</sup>.

Além disso, a Cristandade acaba de sofrer uma terrível ruptura. Lutero separa-se da Igreja romana, introduzindo as feridas da Reforma e o princípio das querelas religiosas.

É este o contexto político-religioso em que *Os Lusíadas* se inserem e do qual o poeta tem toda a consciência. Deste modo, a chegada à Índia e o êxito da empresa militar, política e comercial que deriva do projecto inicial assume um valor estratégico para toda a Europa: “apunhalar nas costas” o seu inimigo mais perigoso, com o qual, aliás, vários países europeus estavam em conflito.

Por outro lado, com esta acção, compensar-se-ia o enfraquecimento que a Igreja estava a sofrer no Ocidente, através da extensão da Cristandade a outros povos.

Camões explica esta situação no princípio do canto VII d’ *Os Lusíadas*, exactamente antes da chegada da armada a Calecut, na Índia, de modo a salientar o alcance político e religioso do acontecimento.

<sup>11</sup> Veja-se o pequeno mapa da Europa, nas ilustrações.

3. Uma epopeia, mesmo moderna, está obrigada às convenções do género épico. Uma dessas convenções consiste no emprego da mitologia greco-latina. Camões vai servir-se dela, evidentemente, mas criando os seus próprios mitos.

Falaremos de dois, especialmente bem sucedidos.

Um deles consiste no **conflito dos portugueses com as divindades marítimas**; tratando-se de uma obra que tem por tema a descoberta dum caminho marítimo, é natural que os adversários dos heróis sejam os deuses do mar, de forma a sublinhar a vitória que os navegadores obtêm. É célebre o discurso de Baco<sup>12</sup> de exortação destas divindades que os incita a impedir o êxito da viagem: Os navegadores portugueses cometem “soberbas e insolências tais, que temo / Que do mar e do céu, em poucos anos, / Venham deuses a ser, e nós humanos.”<sup>13</sup>

Com efeito, as páginas que relatam a viagem são de um grande realismo que decorre da **observação** e da **experiência**, descrevendo, por exemplo, o modo de lutar contra os ventos contrários, as operações de limpeza dos navios, o escorbuto, uma das piores doenças dos marinheiros, e fenómenos desconhecidos dos portugueses, tais como a tromba marítima.

O outro mito é o da *ilha dos amores*: Vénus (que toma o partido dos portugueses) prepara uma recepção magnífica para compensar os navegantes – uma ilha paradisíaca, com ambiente idílico, onde as ninfas esperam os marinheiros para lhes darem todas as satisfações de que eles tinham sido privados durante a viagem. Trata-se duma festa cheia de sensualidade e de esplendor, onde os encantos femininos são descritos com muita liberdade.

Depois de ter saciado o desejo, os heróis são convidados a subir uma colina, no cimo da qual lhes está preparado um banquete, no qual a recompensa atinge um outro nível. Na festa presidida por Vasco da Gama e por Thétis, uma ninfa canta-lhes a narrativa dos feitos por vir. Depois, podem olhar a geografia do globo, e contemplar um modelo cosmológico, a “máquina do mundo”. Vêm o mundo de fora, tal como Deus o vê. Trata-se de uma dádiva da ordem do **conhecimento**, o que corresponde justamente ao apetite de conhecimento que está na origem dos descobrimentos dos séculos XV e XVI.

Este final constitui a apoteose magnífica que coroa a epopeia.

<sup>12</sup> Baco encabeça a oposição aos portugueses porque sendo pai e companheiro de Luso – fundador da Lusitânia, e a quem *Os Lusíadas* devem o nome (da autoria de André de Resende) – e sendo também considerado “vencedor da Índia” (I, 32), virá a ser destronado desse domínio pelos navegantes de Luso. Sobre esta questão, as suas razões e incongruências, pode ver-se Luíza Nóbrega, “A traça no pano (Contração de Baco n’ *Os Lusíadas*)”, *Luís Vaz de Camões revisitado*, Santa Bárbara Portuguese Studies, U. of California, 2003. Pp. 79-115.

<sup>13</sup> VI, 29.

4. Apesar disso, *Os Lusíadas* não são apenas glória e felicidade. Têm um lado sombrio, completamente oposto ao espírito que acabámos de evocar.

Camões censura os defeitos dos compatriotas: critica-os por aprecia-rem os feitos militares mais do que a cultura. Trata-se de um topos clássico “armas e letras”, ao qual o poeta dá um novo vigor<sup>14</sup>.

Depois enuncia uma série de vícios – abuso do poder, corrupção, desprezo pelos pobres...que vê praticar em sua volta<sup>15</sup>.

Chega mesmo a criticar o jovem rei que só se dedica aos prazeres da caça e se rodeia de adutores que o aconselham mal. É uma tarefa que os escritores do Renascimento tomam muitas vezes para eles, como Castiglione, que no *Cortegiano*, define os valores do bom cortesão. Deve aconselhar o Senhor com sabedoria.

Com efeito, certas obras da época visam a formular normas ideais de comportamento próprias às funções sociais que se exerce: como ser um bom cortesão, um bom capitão, um bom rei...Há toda uma literatura que se chama “espelho de príncipes”. Camões não faz mais do que alinhar nesta corrente e, a propósito, chega a usar a expressão de *ofício de rei*.

Além disso, *Os Lusíadas* exprimem, como que em voz baixa, dúvidas sobre o valor da glória e da celebridade (que, no Renascimento, eram apreciados acima de tudo). Valia a pena o peso de sofrimentos, mortes, de desperdícios que enfraquecem o reino e apontam como objectivo a manutenção de um império tão desmesurado?

Estas dúvidas assumem uma forma solene num discurso que ficou célebre até aos nossos dias, o discurso **Velho do Restelo**. No momento da partida da frota, um sábio anónimo levanta-se no meio da multidão e profere uma série de questões e de imprecções que condenam a empresa que vai começar, maldizendo-a e considerando-a tão demente como os pecados primordiais de Adão, de Prometeu e de Ícaro.

É um episódio estranho, que vai no sentido contrário ao significado primeiro d’ *Os Lusíadas*, mas que teve sempre grande ressonância. Está de acordo com outras expressões pessimistas que vêm à superfície aqui e acolá; e sobretudo com as últimas páginas do livro. Ao acabá-lo, Camões confessa a fadiga e a decepção de ver o seu povo “surdo e endurecido”; o país está “me-tida / No gosto da cobiça e na rudeza / Dua austera, apagada e vil tristeza.”<sup>16</sup>

<sup>14</sup> VI, 95-99.

<sup>15</sup> VII, 78-87.

<sup>16</sup> X, 145.

Trata-se do lado **anti-épico**, que, como um rio subterrâneo, acompanha a superfície da epopeia.

Esta hesitação, esta dúvida, o medo, a prudência (como se se perguntasse “vale a pena?”) dão uma densidade que faz da obra não só a expressão entusiástica do vencedor, mas também a dialéctica constante desta personalidade que vê o verso e reverso, que se interroga sobre o fundamento daquilo que canta.

É esta complexidade que determina que a epopeia seja sempre actual e irradie sentidos plurívocos.

### 3.

### O sucesso d’ *Os Lusíadas*<sup>17</sup>

De 1580, justamente o ano da morte de Camões e da união das duas coroas ibéricas, datam as duas primeiras traduções castelhanas d’ *Os Lusíadas* em Espanha, ambas apoiadas pelo rei Filipe II, que foi um grande admirador do épico. As traduções (castelhanas e italianas) multiplicam-se e são o começo da imensa fortuna internacional da obra, que, em seguida é traduzida em inglês, francês, russo, etc.

Camões torna-se um clássico, ao nível de Homero e de Virgílio, e, para certos críticos, o maior autor da épica moderna.

Em Portugal, a sua importância cresce sempre mais, imposta pela irradiação da obra e também por certas circunstâncias: tornando-se insustentável a união dos reinos, *Os Lusíadas* e a figura de Camões transformam-se no **símbolo da independência** portuguesa.

Não vamos refazer todo o percurso histórico da repercussão da obra, mas evocar apenas alguns pontos mais significativos.

O romantismo é talvez, o período em que o génio de Camões encontra maior consagração. Portugal tinha sofrido, com as invasões francesas, uma forte influência das ideias da Revolução. A corte partira para o Brasil, e a partir de 1820 começam as divisões, e mais tarde uma longa guerra civil entre liberais e absolutistas.

A Inglaterra intervém apoiando o partido liberal, que obtém a vitória; e o chefe deste partido é o imperador do Brasil (neto da rainha que décadas antes deixara Portugal para a colónia portuguesa, tornada, entretanto, independente). Mas a ajuda trazida pelos ingleses transforma-se numa tutela que fere o espírito nacionalista, reforçado justamente pelo romantismo.

<sup>17</sup> Ver *Dicionário de L. de Camões*, sob a coordenação de Vítor Aguiar e Silva, Caminho, 2011: “Recepção de Camões na literatura espanhola”, francesa, inglesa, alemã, etc.



Camões torna-se então objecto de um **culto** fervoroso que confunde o poeta com o espírito da pátria. Inspira portanto a chama da resistência que se opõe à tutela estrangeira.

Foi nesta época<sup>18</sup> que o **Morgado de Mateus** fez publicar em Paris uma edição magnífica d' *Os Lusíadas*, ilustrados por Gérard.

A repercussão de que a obra goza no estrangeiro - com a tradução inglesa e a repercussão da figura de Camões em autores como Byron e Elisabeth Browning; e por outro lado, a crítica alemã, feita pelos irmãos Schlegel, e as de Mme. De Staël, de Bouterweck, de Sismondi despertam um interesse por esta cultura do Sul da Europa, próxima da espanhola que se torna tão apreciada pela imaginação romântica.

Deste modo, Camões, o homem e o poeta, converte-se num **paradigma "romântico"**<sup>19</sup>, no sentido que se dá então a esta palavra: vê-se nele o marinheiro e o soldado corajoso, com uma vida aventureira, viajante, indiferente aos níveis sociais das personalidades com quem convive, rejeitado pelos grandes, popular e nobre ao mesmo tempo.

Pelo fim do século, Portugal passa por uma **crise política**<sup>20</sup>; por ocasião da partilha dos territórios africanos, a Inglaterra endereça-nos um Ultimatum que obriga o país a renunciar às pretensões sobre o espaço que vai de Angola a Moçambique<sup>21</sup>.

Foi uma humilhação nacional; e mais uma vez, a figura do épico aparece como símbolo da grandeza ameaçada. O monumento que lhe foi dedicado cobriu-se de crepes negros.

#### 4.

### O Modernismo

O modernismo inaugura uma sensibilidade muito diferente; da qual faremos, apenas, referência à estranha relação entre Fernando Pessoa e Camões. O poeta modernista edita, em seu próprio nome, a *Mensagem*, que

<sup>18</sup> 1817.

<sup>19</sup> Ofélia Paiva Monteiro, "Camões e o romantismo português", *Dicionário de L de Camões*, ed. citada.  
<sup>20</sup> A maior parte da história do séc. XIX é de grande decadência, devido à instabilidade política que se segue à vitória dos liberais. A extinção das ordens religiosas, as guerrilhas motivadas pelos miguelistas, o empobrecimento do interior, a má qualidade dos políticos que governam o país criam um sentimento de decadência que a geração dos Vencidos da Vida reflectirá.

<sup>21</sup> Na sequência da Conferência de Berlim, as grandes potências europeias ambicionam explorar os recursos e os territórios africanos. Portugal quer afirmar o seu poder sobre o território que separa Angola e Moçambique (representado no célebre "mapa cor de rosa"), território que é cobiado pelos ingleses. A Sociedade de Geografia promove expedições de grandes viajantes que fazem a exploração do interior. Alexandre Serpa Pinto (1846-1900) e H. Capelo (1841-1917) et Roberto Ivens (1850-1898) percorrem estas regiões e escrevem livros onde contam as expedições que tiveram finalidades geográficas, e também de história natural. São as obras S Pinto, *Como eu atravesssei África*; H. Capelo e R. Ivens, *De Angola à contracosta*. Contudo, a Inglaterra, mais forte, ameaça-nos, em 1890, com um Ultimatum et uma armada de 13 navios, uns que se dirigem a África, outros para Portugal.

é claramente uma réplica d' *Os Lusíadas*, em tom elegíaco e epigramático. Evoca a grandeza de outrora, em figuras ou cenas de sentido hermético e esotérico, de forma a esboçar uma esperança nebulosa e incerta dum futuro profeticamente entrevisto.

Assume o papel e a ambição de se tornar o “supra-Camões” (a expressão é dele). Contudo não admite que o épico tenha tido nele o menor influxo. Um caso curioso daquilo que Harold Bloom chamou a “angústia da influência”.

Hoje ainda, Camões continua a estar presente nas letras portuguesas; por exemplo, no livro de um jovem escritor, Gonçalo Tavares<sup>22</sup> que publicou *Uma Viagem à Índia*, onde *Os Lusíadas* se misturam a relações com o *Ulisses* de James Joyce.

## 5.

### O mito de Camões no Brasil

E no Brasil<sup>23</sup>, também, Camões tem um importante papel na cultura **erudita**, tanto como na cultura **popular**<sup>24</sup>. Limitar-nos-emos a evocar o que se pode chamar, neste contexto, o mito de Camões.

A epopeia foi sempre objecto de paródias, em Portugal e no Brasil, e noutros países de língua oficial portuguesa (por razões políticas ou outras). Mas na sequência da sua enorme popularidade, no Brasil, Camões é evocado como um homem muito inteligente, suficientemente esperto para enganar o “Reis”, e que ajuda os pobres contra os grandes e poderosos.

Sob esta forma, Camões sai da cultura erudita, para se tornar uma personagem da tradição popular, dos folhetos de cordel que se vendem nos mercados do Nordeste brasileiro; não já um herói, mas uma figura burlesca, pícara, um vagabundo capaz de fazer rir toda a gente.

Esta imagem contém uma contaminação com um outro poeta português do séc. XVIII - **Bocage**, um autor libertino (com uma obra lírica apreciável) e que se tornou também uma figura popular pelas anedotas que lhe são atribuídas.

Bocage passou também para a cultura popular brasileira, que mistura os dois autores; ou imagina que Camões tem um irmão ou um filho tão manhoso e esperto como ele. Então, por uma questão de rima ou simples confusão, encontra-se a forma Camonge, fruto da imaginação do povo.

<sup>22</sup> Que tem uma obra traduzida em diversas línguas.

<sup>23</sup> Gilberto Mendonça Telles, “Recepção de Camões na literatura brasileira” e “O mito de Camões”, *Convergência Lusitana*, Rio de Janeiro, 1979-80.

<sup>24</sup> “Cujos versos mais conhecidos são parodiados e repetidos como se fossem provérbios”, *Ibidem*, p. 761.

E aqui está como Camões continua a viajar através da cultura de língua portuguesa.

E depois

## 6.

### Dois autores contemporâneos

Quando se reflecte sobre a Europa, e se verifica a falta de estratégia em face do “resto do mundo<sup>25</sup>” (expressão de inconveniente altivez), torna-se inevitável ver *Os Lusíadas* com um novo olhar, e escutar os ecos que dele repercutem nesse resto do mundo.

Nesse sentido, pareceu-me útil auscultar duas obras que pela sua envergadura representam momentos de reflexão e questionamento, cada uma a seu modo, da epopeia portuguesa: *A Pedra do Reino* de Ariano Suassuna, um brasileiro autor duma obra multimoda e fora de vulgar;

e *As Quybíricas* de Grabato Dias, heterónimo de António Quadros, um autor que escreve olhando a partir de Moçambique, embora tenha nascido e morrido (em 1994) em Portugal.

O que se observa é a imensa mudança que cinco séculos produziram: a ironia infiltrou-se na nossa cultura de tal maneira que não é possível escrever desconhecendo-a. E é desse trabalho da ironia que vos irei falar.

## 7.

### A Pedra do Reino

Trata-se duma obra constituída por folhetos de cordel, abundantemente ilustrada por poemas em redondilha ou decassílabos, e por numerosas imagens da autoria de Suassuna, feitas em pirogravura.

O protagonista, um pobre diabo simples, mas vaidoso, tem por detrás o autor implícito, Suassuna, com o seu imenso cabedal de cultura e de erudição.

É um homem impulsivo e exaltado, com a cabeça cheia de cavalarias, heroicidades, heráldica, violências e visagens (visões), adere às causas mais improváveis, inflama-se e pretende escrever uma epopeia<sup>26</sup>.

*A Pedra do Reino* não pretende ser uma réplica d’ *Os Lusíadas*; mas será uma epopeia, na senda de toda a tradição épica do Ocidente, desde Homero; e tendo como referência primeira, Camões.

Consiste num longo discurso, do “herói” – preso – Pedro-Dinis Ferrei-

<sup>25</sup> Adriano Moreira.

<sup>26</sup> Mas “nos tempos de hoje a epopeia foi substituída pelo Romance”, p. 146.

ra-Quaderna, “fidalgo maltrapilho”, que faz a sua defesa, que é, simultaneamente, glorificação, e vive num universo imaginário de Reis, cavaleiros, os Doze Pares de França, emboscadas, destinos enigmáticos, astrosos e zodiacais, lealdades e traições sangrentas, esperando – em espírito sebastianista assumido – o regresso de seu primo Sinésio, o mítico Rapaz do cavalo branco.

Este universo grandioso é o reverso de uma vida medíocre, apagada, perdida nos confins do Sertão da Paraíba, e que se concretiza no aparecimento duma expedição de ciganos, Cavalhadas organizadas para gáudio dum povo humilde e sem outras distrações, e no projecto dum Circo que irá descobrir um tesouro lendário, motivo sempre estimulante para uma *demand*a que se prossegue e que acaba no domínio do sonho, porque “o Sonho é muito mais poderoso do que o Real”<sup>27</sup>.

Efectivamente, só a quimera poderia dar satisfação a este herói imaginoso, num romance que fica inacabado; deveria ter sido completado por outros volumes que o Autor nunca escreveu.

Trata-se, no fundo de um anti-herói, apesar das suas insígnias legendárias<sup>28</sup>, de uma personagem picaresca.

O romance “heróico-brasileiro, ibero-aventuresco, criminológico-dialéctico, tapuio-enigmático de galhofa e safadeza, de amor legendário e de cavalaria épico-sertaneja”<sup>29</sup> deste homem cuja vida “cinzenta, feia e mesquinha, de menino sertanejo reduzida à pobreza e à dependência pela ruína da fazenda [de seu] Pai, enche-se dos galopes, das cores [,das] bandeiras [... e] dos heroísmos e cavalarias dos folhetos”; transforma-se numa **novela picaresca**.

“A Espanha contribuiu através das **molecagens vulgares de Cervantes** para destruir o mito do Cavaleiro”<sup>30</sup>.

A *molecagem cervantina* deu o golpe de misericórdia na epopeia, como diria qualquer professor de Teoria da Literatura que Suassuna também foi.

O universo onde têm lugar estas aventuras, ou estes espectáculos de Circo<sup>31</sup>, é descrito em termos dum lirismo repassado pela consciência da beleza da natureza, quase sempre animizada, e saturado da religiosidade “católico-sertaneja”, povoada de animais simbólicos e reais, sobretudo a Bicha Bruzacan e a Onça do Divino.

“O Mundo é um livro imenso, que Deus desdobra aos olhos do Poeta; pela criação visível, fala o Divino invisível sua linguagem simbólica. A Poe-

<sup>27</sup> P. 170 (cf. Mensagem, o nada é o mito que é tudo).

<sup>28</sup> “meu rifle “Seridó” minha legendária espada “Pajeú”, minha legendária lança “Cariri”; a legendária coroa de couro e prata do Sertão.”

<sup>29</sup> P. 342

<sup>30</sup> P. 169.

<sup>31</sup> 367: “O Circo era a forma que eu tinha de transformar toda essa Literatura, todo esse teatro de rua em Literatura de estrada”

sia, além de ser vocação, é a segunda das sete artes e é tão sublime quanto as suas irmãs gémeas”.

De modo geral, todos os acontecimentos que a isso se prestam são interpretados ingenuamente como *intervenções de Deus imediatamente derivadas dos pecados* ou das virtudes praticadas pelas personagens.

E o Evangelho vê-se como “uma das melhores crónicas-epopeicas que já se escreveram, com a queda do trono, coroas e monarquias do Cristo-Rei, com a catástrofe sangrenta da morte dele, com a degolação de S. João Baptista, etc.”<sup>32</sup>

A visão da vida de Suassuna, que informa toda a obra, pode resumir-se na fala de Arésio, uma personagem maldita: “O mais que o homem verdadeiro procura, em seu conflito com o mundo, é colocar uma precária ordem em sua vida e um certo estilo em sua melancolia, em seu destino que é, por natureza, despedaçado, triste, falhado, enigmático e trágico. Por isso o homem tem duas fontes, duas raízes, de defesa – o *choro* e o *riso* [...] Dinis Quaderna não é alegre. Os subterrâneos de sangue dele são como os meus / povoados de mortos sangrentos que flutuam no rio da desordem. Apenas, enquanto eu resolvo meu conflito pelo choro, pelo suor do sangue e da violência, ele resolve o seu pelo riso; mas eu não sei qual é mais despedaçado, se o meu sangue se o riso dele!” [...] “ – Infelizmente, nosso tempo não permite mais esses sonhos! O nosso tempo estala, [...] é um tempo trágico.”<sup>33</sup>

Aquilo que reúne toda a repulsa do autor é aversão radical à **impostura**. A falta de autenticidade, o pensar por esquemas, por escolas, por modas, constitui aquilo que Suassuna abomina.

Por isso prefere um herói pícaro que se coroa a si mesmo junto à Pedra do Reino, e sente o “bafo ardente e felino” que o cresta [...]; Meus lombos tinham sido consagrados e minha frente definitivamente selada com o Régio Selo de Deus. [...] era D. Pedro IV, o Decifrador, Rei e Profeta do Quinto Império e da Pedra do Reino do Brasil [...] Acontecimento vital para mim, para o Sertão, para o Brasil, para o mundo e para Deus.

Esta ingenuidade seduz o Autor, que adopta como herói este homem; define-se como bibliotecário e “ainda redactor da Gazeta de Taperoá, [...] onde se encarrega da página Literária, enigmática, charadística e zodiacal [...] Além de Poeta-escrivão e bibliotecário, sou jornalista, Astrólogo, literato oficial de banca aberta, consultor sentimental, Rapsodo e diascevista do Brasil”<sup>35</sup>

<sup>32</sup> P. 467.

<sup>33</sup> P. 534. Este é o folheto mais longo de toda a obra.

<sup>34</sup> P. 106

<sup>35</sup> 269.

A família materna de Quaderna, em sua opinião, vem de Portugal no tempo de Alcácer-Quibir, 1578<sup>36</sup>.

E o seu saber mistura épocas e lugares em anacronismos imprevisíveis: “O Brasil sempre foi o todo, o Império, do qual faziam parte o reino de Portugal, o de Espanha, etc.<sup>37</sup>”.

Na parte final do romance o **narrador cega**, o que se interpreta como uma afinidade com Homero; assim Quaderna, “numa Obra só, será mais completo do que Homero teria sido, caso existisse”<sup>38</sup>; e também com Camões<sup>39</sup>. E, como não podia deixar de ser, traz à baila Édipo e a Esfinge<sup>40</sup>, a minha charada Epopeica, o logogrifo que vai iniciar minha Epopeia, é muito superior ao enigma-mor dos Gregos.

Camões só foi “apenas poeta de segunda ordem por ser apenas meio cego e não cego inteiro”.

Quaderna adopta um ponto de vista ideológico muito especial: é **monárquico de esquerda**, fazendo assim a síntese entre os seus dois mestres, *Clemente*, branco, conservador de direita e monárquico, e Samuel, comunista, preto (ou castanho) com aversão a tudo o que seja aristocracia e fazendo o elogio do povo e das revoluções. E assume posições antiamericanas<sup>41</sup>; porque considera os americanos apenas interessados no lucro e no dinheiro, puritanos e tristes. Vê o regime da Inglaterra e dos Estados Unidos como cruéis, puritanos e avarentos.

Passemos então à outra obra que me propus tratar.

## 8.

### *As Quybýrycas*

Este poema ético, em oitavas e onze cantos, constitui uma obra notável, que – sem pretender ser uma réplica a *Os Lusíadas* –, pode ser lida como uma sua pretensa **continuação**<sup>42</sup>.

Um posfácio (“posfacto”), assinado por João P. Grabato D., põe-nos a par, de forma muito artificiosa, das circunstâncias em que o poema foi

<sup>36</sup> Sobre o sebastianismo v. o folheto XXXV.

<sup>37</sup> P. 164, e 302.

<sup>38</sup> P. 363.

<sup>39</sup> P. 504: “Camões, enquanto tinha dois olhos, era apenas um poeta lírico, chorão e cortesão.”

<sup>40</sup> P. 364.

<sup>41</sup> P. 520.

<sup>42</sup> O poema publica-se em 1972, data das comemorações camonianas. Curiosamente, na 1ª página do volume está inscrita a frase “cada um faz a homenagem que pode”. Trata-se, assim, dum contributo para as comemorações dos 500 anos da publicação d’ *Os Lusíadas*.

encontrado. “O manuscrito (decifrado entre Maio e Junho de 1972 e composto e editado em Novembro) faz parte do espólio do então alferes José Homem Telles de Quadros”, homem que foi ferido em 1889 e que escreve a sua mãe, que reside em Portela de Besteiros<sup>43</sup>, contando-lhe que, na Índia, em troca de outros bens, ficou com “3 tomos em verso antigo: e tudo diz respeito à n<sup>a</sup>. família.” Este “espólio esteve assim 78 anos, confiado a sucessivas mãos honradas até que em 1972 foi entregue a um neto<sup>44</sup>, identificado como herdeiro”. Em seguida, o texto desaparece, e depois “A Editora Afrontamento tentou localizá-lo junto à embaixada de Londres, mas nunca teve resposta dos responsáveis culturais<sup>45</sup>”.

Como se vê, são circunstâncias rocamboléticas que emaranham a meada, de modo a criar um enigma complicado relativamente ao seu autor, o que o prefácio de Jorge de Sena<sup>46</sup> reforça.

O poema faz uma marcação cerrada da epopeia de Camões: contém as partes canónicas da épica – invocação<sup>47</sup>, dedicatória e proposição –, e bem assim, referências ao Velho do Restelo<sup>48</sup>, ao Adamastor, às Tágides<sup>49</sup>, à mitologia antiga, tudo isto num modo irónico, de contradição sarcástica.

A obra é dedicada ao “povo meúdo, sem ilusórias tubas / nem esperança<sup>50</sup>” e às gentes do futuro, que exorta a aprender<sup>51</sup> bem como aos artistas, “com nobreza e grão respeito<sup>52</sup>”, pois se reconhece seu irmão. Enquanto, por contraste, *esbraseará* “fidalgos e clérigos, tunantes [denunciando-lhes] a perfídia, a unção e a manha.<sup>53</sup>”

Como se vê, a linguagem é arcaizante. E retoma até, com frequência, expressões de Camões quer da epopeia, quer da lírica: “cousas que juntas se acham raramente”<sup>54</sup>; “rompe a manhã solene e marchetada / cheia toda de mágoa e de piedade”; “vinde cá meu certo / inimigo” que lembra a canção X; “meu certo secretário” – de novo a mesma canção<sup>55</sup>; “bárbara mansidão e quão cativo [...] cativo da cativa...raso olhar / cansado de viver, não de matar<sup>56</sup>” que evoca as endechas à *Bárbara escrava*.

<sup>43</sup> Terra onde nasceu o Autor e onde morreu em 1994.

<sup>44</sup> “O neto referido é o Pintor António Quadros”.

<sup>45</sup> Pág. 365-66.

<sup>46</sup> “Um imenso inédito semi-camonianiano, e o menos que adiante se verá”, p. 15 e ss.

<sup>47</sup> Invoca-se a si mesmo, XII.

<sup>48</sup> “Eis-me nos restos velho e sem restelo / mas por amor de mim saberei sê-lo” (um, IV)

<sup>49</sup> Que por ganapas [e] velhas, deito fora. XI

<sup>50</sup> V.

<sup>51</sup> IX.

<sup>52</sup> VII.

<sup>53</sup> VI.

<sup>54</sup> 591, 641, 664, 689, 717

<sup>55</sup> “que só quem não a obra não a estima”

<sup>56</sup> 862.

“Nunca os mares foram dantes navegados”<sup>57</sup>, etc.

A estância M (1000) apresenta um caso exemplar: “Vejo-te Pátria, ida no movido / interesse em prémio vil, por apetente, / desejo de Glória apetecido.../ No entender distinto de uma quente / argúcia e dum pensar esclarecido / amar-te é privilégio em que temente / me pesa n’alma, cousa de Alma. Eterno / quisera ver o ninho meu paterno”.

A linguagem do autor manifesta uma enorme perícia, uma capacidade invulgar de a manejar <sup>58</sup>, que exemplifico com uma estância, entre outras, sobre a morte:

“E na vaga que os lambe sem malícia / antes com gravidade e fortaleza / começa a debuxar-se essa justiça / que preside ao crescer da Natureza: / um a um, vão cantar na grande missa / com outra continência a madureza / no misal do esperar um nada mais / que outro Mar, outra Nau, um outro Arrais”<sup>59</sup>.

Usa belíssimas imagens<sup>60</sup>, formas de dizer originais e tocantes: “daí a brusca ira e este vazio / coração que só bate por engano”<sup>61</sup>.

Outro traço curioso deste estilo consiste no gosto rebuscado, “maneirista”, diria, de repetição de palavras, ou repetição de raízes de palavras comuns: “Pior pia este pio prior de mal” (94)<sup>62</sup> “temo só, e só temo (já temendo) / outro temor atrás do já temido” (872).

O autor exhibe uma libérrima criação linguística: arcaísmos, formas populares, vocábulos com mais uma sílaba, com menos uma vogal,...imagina palavras, deforma-os, inventa, p. ex., o verbo *portugar*<sup>63</sup>, os nomes *Simplãoplório*<sup>64</sup>, *fimaltês*, etc..

Faz uso luxuoso das aliterações: a aurora terrível rosaroxa (286).

E, frequentemente o enunciado fala do canto em modo sério ou humorístico; “(E tu, caneta, atenta quando escreves!)”<sup>65</sup>. Veja-se as est. 594 e 662.<sup>66</sup>

O autor sabe que fala com autoridade: “Não falta autoridade no que

<sup>57</sup>1.116.

<sup>58</sup> “E os que ficam só vêem nos que vão / um pecado que não terá perdão”, 215.

“Grita por volta mas ninguém a ouve / grita por filha e já ninguém comove”, 316; “Gritam na voz do vento: Miserere”, 317.

<sup>59</sup> 321.

<sup>60</sup> “do grosso vento que é a voz da bruma”, 307.

<sup>61</sup> 497.

<sup>62</sup> E outras: “fartado de fartura e de fraqueza”, “quando o sábio do tonto tenha o tento” (411)

<sup>63</sup> 791.

<sup>64</sup> 806.

<sup>65</sup> 467.

<sup>66</sup> 594: “Se vos salvarem, do que não duvido / liberto estou pra outras misturadas / razões de muito amar o que decido / deva ser ajuntado ao rir das fadas / depois das fadas terem tudo rido. / Aqui já por despido estou sem guardas... / Ride-vos vós de mim mui a contento. / tal de vos não farei. Não sei. Nem tento.”

662: “formas de querer bem e entender / as coisas que nos outros estão veladas / por impossível forma de as dizer.../ Que se embotem os fios das espadas / de encontro à claridade / de manter / sobre todas as fés variegadas / uma só Fé, que toda a Criação / escreve nas letras da palavra Irmão.”



digo / que por valia já mostrei que posso / acrescentar nos mais o que no migo / vou escabichando desde muito moço.<sup>67</sup> É desta autoridade que se reclama para o impulso que é rastilho da obra.

Passemos então ao **conteúdo**.

Logo no *canto um* se evoca a batalha de Alcácer Quibir – na violência sangrenta que borbulha nos instrumentos militares, nas armaduras, nos gritos e clamores, nos horríveis ferimentos, nos cavalos, no medo, nas necessidades fisiológicas, nas mortes que ocorrem de modo surpreendente no meio dum gesto, de ditos e até de risos.

Toda a obra se ocupa de D. Sebastião: origem, família, criação, a morte do pai, a época (“toda a Europa é cisma e apostasia: se o velho mundo acaba, outro anuncia”<sup>68</sup>), Filipe II, a educação do príncipe, o seu aio e os seus mestres<sup>69</sup>, a sua falta de saúde, o gosto pela caça e pela montaria, os jogos palacianos que tratam do seu casamento, a correspondência de D. Catarina e de Filipe II, tudo aquilo que dalgum modo lhe diz respeito ou o condiciona.

A personalidade de D. Sebastião desenha-se como uma figura comovente: ignorante, sonhador, impaciente, insatisfeito, voluntarioso, incapaz de ouvir conselhos, de aceitar contrariedades, marcado por uma estrela aziaça, desvairado pela paixão demente, inseguro de si, e só, **muito só**.

Pesa sobre ele um destino trágico, onde se encontra abandonado.

Reza, implora a Deus sinais, julga encontrá-los onde menos estão. É um ser infeliz, afim da desgraça e da loucura.

Será o culpado da tragédia que se abate sobre o Reino, **mas faz pena**, inspira simpatia, faz dó.

O conteúdo do poema diz todo respeito à mesma personagem e ao mesmo tempo<sup>70</sup> que antecede a jornada de África e que a vai anunciando: no *canto quatro*, a propósito de naufrágios, surge uma personagem, o suposto narrador da história, frei Joanes Grabato<sup>71</sup> que fala com o autor, o qual se assume como Luís Vaz, logo, como **Camões**. Todo este canto se passa, significativamente, na costa de Moçambique, onde Camões esteve retido longos meses no regresso a Lisboa, e constitui a terra de adopção do Autor da obra.<sup>72</sup>

<sup>67</sup> 128.

<sup>68</sup> 146.

<sup>69</sup> “já só sotainas dão a cor ao paço / brancas e pretas e de interesse oposto”. 427.

<sup>70</sup> O canto 3 trata do curso no mar dos Açores;

<sup>71</sup> O canto 4 continua com os naufrágios na praia (que lembram o célebre naufrágio de Sepúlveda);

<sup>72</sup> O Canto cinco ocupa-se da criação e educação de D. Sebastião; da questão do casamento, da doença, e dos projectos militares do rei. Termina com a subida ao trono. E o Canto seis trata da peste que se abate sobre Lisboa. Esta circunstância explica as andanças do rei por diversas terras (Óbidos,

Todo o poema se ocupa de matéria sebástica (projectos militares, negociações sobre o casamento, subida ao trono, a peste, as jornadas pelo reino, a abertura dos túmulos dos antepassados, a pateada dos estudantes em Coimbra, os tratos com o Papa e com Filipe II para financiar a guerra no norte de África; e um episódio assustador mas fulcral, o Auto de Fé em Évora, onde D. Sebastião julga ver o sinal divino para se lançar na jornada africana. O texto está historicamente bem fundamentado, e fornece pretextos para excursos do autor sobre a crueldade, sobre a paz, sobre a escrita.

O *Canto dez* trata finalmente da partida e da batalha<sup>73</sup>. O rei atrasa a ordem de arrancar. Está absorto “E eis tudo é ausência e assumpção / vagarosa e pausada”<sup>74</sup> [...] Onde estou e quem sou? [...] Que me queria eu tão ledado / na pressa de chegar e a quê? Aqui? / Neste silêncio?... Portas do sossego / estes absortos longes. Sou daqui? [...] Sei que cheguei, mas só. Onde está ele / meu osso, minha carne, minha pele? // Devia estar feliz. Que é ser feliz? / Onde achei esta limpa e sã vazia de sentido?<sup>75</sup>” O discurso continua, interrogativo e desvairado. Grita então o brado desejado pelas tropas e a luta explode feroz, mortífera e sangrenta, de parte a parte. Morre o rei mouro, a quem sucede o irmão, disputam “a bruta posse de muito nada<sup>76</sup>”. Do lado português caem importantes capitães: Távora, Meneses, Albuquerque e “o melhor de dez casas fidalgas<sup>77</sup>”.

Ouve-se finalmente o grito “- Ter!”, para sempre célebre, que ficou como símbolo e origem da derrota.

Alcobaça, Évora) e os episódios em que manda abrir os túmulos dos reis seus antecessores, particularmente o de D. João II, na Batalha. Segue-se a passagem pela Universidade de Coimbra, onde é escarnecido pelos estudantes, e onde os cortesãos lhe escondem o significado da pateada. Novamente peripécias em torno do casamento, negociações com o Papa de modo a obter a Bula para a empresa africana, impostos, reacções negativas de Filipe II, e finalmente o conselho no paço donde sai subitamente, sobe a cavalo ao castelo, desata num pranto e numa oração suplicante, pede a Deus um sinal. No *Canto sete* o rei julga receber o sinal implorado; desce a Évora onde se prepara um horrendo Auto de fé, o que motiva um excurso sobre a crueldade. O *Auto de fé* é descrito com pormenor: os acompanhantes, a soldadesca, as congregações, o povo, as diversões e a comida, o cortejo, a enumeração dos “crimes” e das punições que excitam os espectadores, enquanto no palanque os cortesãos comem e bebem. “Mais de trezentos são os condenados”. O grupo dos principais penitentes sobe ao cadafalso e o Inquisidor dá sinal para atear a fogueira. Descreve-se o fogo, os ruídos, os cheiros e até (com ironia) os paladares. O rei julga então que está estabelecido um contrato com Deus. No *Canto oito* temos a viagem por Ceuta e Tânger, e o canto termina com um excurso sobre a paz. O *Canto nove* volta à loucura de partir para a batalha; insere um excurso sobre a escrita; descreve um temporal, e, por fim, o recrutamento de estrangeiros para reforçarem as hostes portuguesas, bem como as disposições tomadas para a sua ausência do reino.

<sup>73</sup> Os preparos, os empréstimos pedidos à direita e à esquerda.

<sup>74</sup> 1.072.

<sup>75</sup> 1.074 e 1.075.

<sup>76</sup> 1.085.

<sup>77</sup> 1.088.

O rei muda de cavalo por cinco vezes. Procuram persuadi-lo a fugir, a render-se. Em vão. O “rosto inteiro / é um jardim de sangue vivo e grosso / pastando-lhe na barba de mimoso<sup>78</sup>”.

O campo está semeado de mortos e a pilhagem começa: às cautelas dos seus, o rei responde com “rota voz [...] – Seja pois o morrer...Mas devagar!<sup>79</sup>”

Dirige-se então com Deus: “– Eis-me meu Capitão! Oficiando / pelo rumor do sangue que apeteces / à tua mão direita estou chegando / sabendo que por teu me reconheces [...] Eis-me ante Ti, sem oitro mais enfeito / que estes mais te agradam!<sup>80</sup>”. Era o sacrifício que supunha pedido por Deus, a troca do Auto de fé.

Insânia desmedida!

*Canto onze.* Este canto, que soa como uma longa elegia, parece uma glosa dos poemas da Mensagem sobre a névoa e o nevoeiro. *Vão, vazio, vanidade, vento, nave* são termos que se repetem ao longo das estâncias, significando o “*Nunca mais*<sup>81</sup>”, epitáfio do campo de morte.

O discurso divaga até se prender na visão do corpo nu do jovem rei morto, “onde o nefando / roxo disputa ao branco o grão comando<sup>82</sup>”; “meu mudo Rey tão cândido nas rosas [...] numa azémola magra o vejo ir / na albarda de través<sup>83</sup>”. Ao levantar-se a madrugada, a luz descobre a desolação do campo de batalha, onde jazem quinze mil corpos, “carne levedando viscosidades<sup>84</sup>”.

O texto é uma longa contemplação dolorosa, desconsolada da paisagem de morte, onde impera o “Grande Fole gerador e gestor de humanidade<sup>85</sup>”.

Termina confessando como se encontra: “me acho tão dividido e tão disperso / de ostensiva maneira aberta ao verso / o que a verso propus fosse rastilho / de uma causa movida de reverso<sup>86</sup>”.

Esta foi a **homenagem**<sup>87</sup> que António Quadros prestou no ano das comemorações do quinto centenário da publicação d’ *Os Lusíadas*. Sofrida, sarcástica, rebuscadamente irónica, mas decerto sincera; e comovida.

<sup>78</sup> 1.100

<sup>79</sup> 1.105.

<sup>80</sup> 1.107 e 1.108.

<sup>81</sup> 1.130.

<sup>82</sup> 1.127.

<sup>83</sup> 1.147.

<sup>84</sup> 1.123.

<sup>85</sup> 1.126.

<sup>86</sup> 1.159.

<sup>87</sup> Na portada do livro, por baixo do anagrama, inscreveu: “cada /um/ faz/ a/ homenagem / que/ pode”.



# Índice

- 7 Nota Prévia  
Vera Borges
- 9 Introdução  
José Carlos Seabra Pereira
- 45 Camões e ecos da sua obra na cultura contemporânea  
Maria Vitalina Leal de Matos
- 69 O Sonho e o Desejo Libertários da “Lusa Macaense” Lee-  
-Li Yang: O Heterónimo Feminino na Poética de Virgílio  
de Lemos  
Isabel Morais
- 87 “Na orla do mundo o absoluto existe”: os casos de Camilo  
Pessanha e Maria Ana Acciaoli Tamagnini  
Vera Borges
- 95 Peculiaridades dos Títulos de Senna Fernandes  
Margarida Conde
- 113 Oriente entre escritas...  
Ana Prazeres Vairinhos
- 125 A redundância crítica nas suspeitas lançadas sobre a  
Lusofonia (Eduardo Lourenço, José Gil, Luís Bernardo  
Honwana, Ngomane, etc.)  
Manuel Afonso Costa
- 133 Luso and Sino: On the Politics of “Phonies”  
Cathryn H. Clayton
- 141 Lusofonia and Francophonie: The Challenges of Diversity  
in the Era of Cultural and Economic Globalization  
Émilie Tran
- 153 Os equívocos da lusofonia e as políticas de língua  
na lusofonia  
Carlos Ascenso André
- 163 Referenciais para a língua portuguesa em contextos  
multilingues  
Maria José Grosso

- 171 Uma indagação sobre a utopia das lusofonias:  
A perspectiva multilateral de políticas de línguas  
(uma reflexão a partir de África)  
Inocência Mata
- 183 Da língua política à política de língua. Questões sobre a  
língua portuguesa em Macau  
João Laurentino Neves
- 193 Entre a realidade e o imaginário: um olhar sobre a  
literatura chinesa e macaense da actualidade  
Yao Jing Ming
- 201 *Mapa Esquivo*  
(Inédito)  
Fernanda Dias
- 203 “Os Rios e suas Margens”, ou o desafio da alteridade...  
Carlos Frota

**Título original**  
Entre a desmistificação e a utopia: indagação sobre as Lusofonias  
(Conferência Internacional - 22 e 23 de Outubro de 2014)

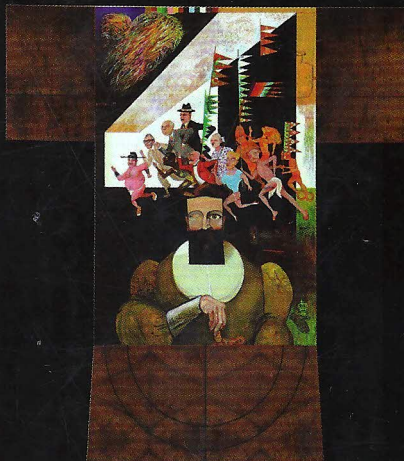
**Edição**  
Universidade de São José  
Macau  
Abril de 2016

**Impressão**  
Tipografia Vui Fong  
Macau  
© Copyright  
Universidade de São José

ISBN 978-99965-940-2-1

# Conferência Internacional “Entre a desmistificação e a utopia: indagação sobre as Lusofonias”

22 e 23 de Outubro de 2014  
Speakers Hall



UNIVERSIDADE DE SÃO JOSÉ

聖若瑟大學

Patrocinado por:



澳門基金會

FUNDAÇÃO MACAU

CAPA: Reprodução digital  
da pintura “A Corrida  
para Glória. Camões”,  
de autoria do Arquitecto  
Carlos Marreiros,  
gentilmente cedida  
pelo autor

ISBN 978-99965-940-2-1



9 789996 594021